

Resumo Expandido (Pôster): Eixo 3 - Políticas, gestão e avaliação Pós-LDBEN

FORMAÇÃO INTEGRAL OU CONTROLE SOCIAL? UMA LEITURA CRÍTICA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO DE 2017

Deane Taiara Soares Honório–UFAL/Campus A.C Simões¹

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado que analisou o discurso presente na Lei nº 13.415, de 2017. O recorte aqui apresentado tem como objetivo analisar os sentidos atribuídos ao discurso que propõe a construção de um projeto de vida integral, voltado às dimensões física, cognitiva e socioemocional dos estudantes. Para tanto, adotou-se a Análise do Discurso de linha francesa como referencial teórico-metodológico, fundamentada no materialismo histórico-dialético. A partir dessa abordagem, foi possível evidenciar que, por trás da aparente proposta de emancipação cidadã e formação integral dos jovens, há uma orientação dos seus percursos formativos para atender aos interesses do sistema produtivo, por meio do controle e da normatização das práticas sociais dos sujeitos.

Palavras-chave: Reforma do ensino médio. Análise do Discurso. Política Pública de Educação.

Introdução

No contexto da educação institucionalizada, observa-se a atuação de uma pedagogia dos sentimentos populares, instrumentalizada por agentes do livre mercado e da livre iniciativa. Tais práticas, alinhadas à lógica neoliberal, exploram estratégias de manipulação dos afetos, dos desejos e da cognição, com base no entendimento que a nova direita possui sobre os mecanismos simbólicos de influência social. Nesse cenário, a mídia desempenha um papel central, ao ser utilizada como ferramenta de persuasão e mobilização do apoio popular. Trata-se de uma disputa inserida na economia política, em que recursos materiais, culturais e simbólicos são manejados com o objetivo de produzir visões de mundo divergentes e, muitas vezes, incompatíveis. No entanto, essa disputa vai além da luta por recursos econômicos ou da formação de percepções sociais; ela representa, sobretudo, uma batalha pela autoridade de nomear o mundo, isto é, de estabelecer as categorias, noções e termos por meio dos quais a sociedade é compreendida e interpretada (Silva, 2015).

A partir desta concepção, fundamenta-se a crítica apresentada neste recorte da dissertação de mestrado, que analisou a reforma do Ensino Médio de 2017. A Medida Provisória nº 746/2016, ao ser convertida na Lei nº 13.415/2017, gerou grande repercussão

¹Mestra em Educação pela UFAL- campus A.C Simões. Pedagoga Especialista em Docência da Educação Básica e do Ensino Superior e em Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho. Membro do GPPHeD - Grupo de Pesquisa Políticas Públicas: História e Discurso. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4416511908002768>. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3285-8576>.

no meio educacional por refletir uma perspectiva ideológica neoliberal, voltada à manutenção do sistema econômico de produção. Embora a Lei nº 14.945/2024, sancionada durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023–2026), tenha revogado alguns pontos da reforma, ainda preserva elementos alinhados a discursos baseados em pedagogias contemporâneas de controle dos corpos e das emoções. Assim, este texto tem como objetivo analisar os sentidos produzidos no discurso que propõe a construção de um projeto de vida integral, voltado às dimensões física, cognitiva e socioemocional.

Materiais e métodos

Este estudo trata-se de um recorte de uma dissertação de mestrado acadêmico em educação que teve como percurso teórico-metodológico a análise do discurso francesa de filiação pecheutiana, consubstanciada no materialismo histórico e dialético, bem como na ontologia marxiana. Na Análise do Discurso, não há uma comunicação linear entre emissor e receptor. Locutor e interlocutor constroem sentidos juntos, de forma simultânea, em um processo atravessado por história, cultura e relações sociais. A linguagem não é vista como um código neutro, mas como prática social que forma sujeitos e produz sentidos. O discurso, assim, é efeito de sentidos e expressão das contradições sociais em determinado contexto histórico (Florêncio et al., 2016).

Discussão dos resultados

A sequência discursiva selecionada para análise foi retirada da Lei nº 13.415/2017, que estabelece diretrizes para a organização do currículo do ensino médio. O trecho aborda a importância de considerar a formação integral dos estudantes, orientando-se para a construção do projeto de vida dos estudantes e sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. De acordo com o texto legal, “os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e sócio-emocionais” (Brasil, 2017). Esses três aspectos são reconhecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como “habilidades”, mobilizadas por sujeitos que desenvolvem determinadas competências. A BNCC estabelece dez competências gerais que devem ser promovidas ao longo de toda a educação básica. Essas competências são definidas como a mobilização integrada de conhecimentos, habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores. O objetivo dessa proposta é preparar o estudante para lidar com situações complexas da vida cotidiana, para o exercício pleno da cidadania e para os desafios do mundo do trabalho (Brasil, 2018).

O discurso analisado está inserido em uma Formação Ideológica Neoliberal, alinhada a uma Formação Discursiva do Mercado, ao propor o desenvolvimento de competências voltadas para demandas complexas, especialmente relacionadas ao mundo do trabalho (Bento, 2020). Ao incluir no currículo escolar a formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, promove-se uma educação voltada ao autocontrole e à adaptação, ensinando os estudantes a lidarem com suas emoções e a regularem seus comportamentos e pensamentos. No entanto, esses dispositivos não visam à emancipação humana, mas ao enquadramento do sujeito dentro de padrões que atendem a interesses econômicos e políticos globais. Nesse contexto, os conflitos e as diferenças são vistos como algo a ser evitado, naturalizando a ideia de que, para viver em sociedade, é preciso ser passivo e aceitar as normas vigentes. Desse modo, o discurso liberal não apenas determina como pensamos a sociedade, mas também molda nossa subjetividade, fixando-nos como sujeitos sociais conformados a essa lógica (Silva, 2015).

O currículo dessa reforma do Ensino Médio orienta-se pela proposta de formação integral do estudante, com foco na construção do seu projeto de vida. Embora a legislação mencione aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais como meios para alcançar essa formação, o que se observa é que todos esses elementos convergem para a centralidade do projeto de vida, funcionando como instrumentos de orientação e controle da subjetividade. Nesse contexto, ocorre um processo de assujeitamento, no qual o sujeito é moldado pelas expectativas sociais e institucionais. Como afirmam Magalhães e Moraes (2017), não há plena autonomia da subjetividade, já que ela é determinada pelas relações sociais e pelas alternativas disponíveis em seu tempo histórico. Dessa forma, as decisões individuais não são inteiramente livres, mas influenciadas pelas crenças e possibilidades construídas coletivamente.

Desse modo, esse currículo do Ensino Médio propõe formar estudantes para dominar princípios científicos e tecnológicos, mas não esclarece o que entende por “projeto de vida”. Isso levanta questionamentos sobre o futuro de jovens que vivem em situação de vulnerabilidade, sem acesso a experiências culturais e com a sobrevivência como prioridade. Dados mostram que, em 2022, 12,3 milhões de jovens brasileiros até 29 anos estavam fora da escola e do mercado de trabalho, a chamada “geração nem-nem” (nem estudam e nem trabalham), número que vem crescendo desde 2012. Diante disso, questiona-se se a escola pública, sem políticas culturais e públicas eficazes, conseguirá atender a essa juventude marcada por pobreza, exclusão e desigualdades sociais. Esses jovens, em sua maioria moradores de periferias e favelas, enfrentam os efeitos da desigualdade em múltiplas dimensões: étnico-raciais, de gênero, idade, território e orientação sexual (Grabowski, 2022).

Um bom caminho para analisar as propostas atuais da educação é refletir sobre a visão que se tem dos sujeitos a quem o ensino médio se destina. Quem são esses jovens que hoje frequentam as escolas públicas? Eles são os mesmos de décadas passadas? Como os enxergamos atualmente e o quanto conhecemos da juventude brasileira em seu contexto social contemporâneo? A escola precisa compreender o novo perfil dos jovens, que se caracteriza por muita diversidade e é influenciado por diferentes contextos históricos e sociais. As juventudes atuais variam em aspectos étnicos, culturais, identitários, de gênero, além de incluir jovens com transtornos e deficiências. Apesar dessa pluralidade, a escola costuma receber esses estudantes de maneira padronizada e excludente, sem oferecer espaço para as diferenças. Muitas vezes, a instituição não está preparada para atender às necessidades específicas desses jovens, mas sim para adaptá-los e enquadrá-los em um modelo único e homogêneo, desconsiderando suas singularidades e realidades sociais. Assim, a condição social e as desigualdades vivenciadas pelos jovens acabam sendo ignoradas no ambiente escolar, que deveria ser um espaço de acolhimento e inclusão (Leão, 2018).

A falta de espaço para que os jovens se expressem decorre da visão equivocada que os reduz a uma fase problemática e incapaz de se posicionar, apenas uma transição para a vida adulta. Eles não são reconhecidos como sujeitos que vivem o presente e têm direitos. É preciso oferecer mais do que conteúdos que apenas ensinam a elaborar um projeto e prometem um futuro melhor. Diferentemente dos jovens das classes altas, que têm acesso a uma bagagem cultural maior graças às condições econômicas e às escolas privadas ou federais que frequentam, os estudantes das classes baixas carecem de recursos familiares e estatais. Muitos vão à escola sem condições financeiras, ou abandonam os estudos devido ao desgaste do trabalho. Apesar de anunciar formação integral, o currículo do Ensino Médio prioriza alguns conteúdos, como português e matemática, em detrimento de outras áreas. A BNCC de 2018, ao focar nesses dois componentes, reduziu significativamente o conteúdo para essa etapa educacional (Reyes; Gonçalves, 2020). Por isso, há uma forte ênfase na construção do projeto de vida baseado nas competências e habilidades.

Considerações finais

Desse modo, a lei 13.415 de 2017 transfere a responsabilidade pelo possível fracasso escolar para professores, estudantes e para a própria escola. A juventude torna-se um problema porque a escola não reconhece suas diferenças, afastando-os de uma educação de qualidade, apesar do clamor dos jovens por mais participação. Embora a lei prometa atender às demandas juvenis, fala em “formação para a cidadania” e não em “exercício da cidadania”, o que exigiria que a escola permitisse o envolvimento político dos jovens e

reconhecesse sua atuação fora do ambiente escolar. Assim, exigir que estudantes pobres construam um projeto de vida idealizado revela-se injusto e inadequado.

Referências

BENTO, Jacyelle Karine. **O discurso da Base Nacional Comum Curricular**: “educação é a base”. Orientadora Profa. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante. 2020. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2023.

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n^o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, aprovada pelo Decreto-Lei n^o 5.452, de 1^o de maio de 1943, e o Decreto-Lei n^o 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n^o 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n.35, p.1-3, 17 fev. 2017. Disponível em: [L13415 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/leis/l13415.htm). Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular Ensino Médio**. Conselho Nacional de Educação. Conselho Nacional de Secretários de Educação. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Ministério da Educação. Brasília: 2018.

BELMIRA, Magalhães; MORAES, Andrea. Sujeito: trabalho, linguagem e discurso. In: **Linguagem, discurso e ideologia**: a materialidade dos sentidos. (org) Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante. Maceió: EDUFAL, 2017. 227p.

FLORÊNCIO, Ana Maria Gama; MAGALHÃES, Belmira; SOBRINHO, Helson Flávio da Silva; CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar. **Análise do discurso**: fundamentos & práticas. Edufal: Maceió, 2016.

GRABOWSKI, Gabriel. Como construir o projeto de vida com 12,3 milhões de jovens sem escola e sem trabalho? **Jornal Extra Classe**. 4 fev. 2022. Disponível em: [Como construir o Projeto de Vida com 12,3 milhões de jovens sem escola e sem trabalho? - Extra Classe](https://www.extraclasse.com.br/2022/02/04/como-construir-o-projeto-de-vida-com-12-3-milhoes-de-jovens-sem-escola-e-sem-trabalho/). Acesso em: 19 nov., 2022.

LEÃO, Geraldo. O que os jovens podem esperar da reforma do ensino médio brasileiro? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.34, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/5ZBJkFDW3d6pL9KVFcFCQHx/>. Acesso em: 08 jan. 2022.

REYES, Lurvin Gabriela Tercero; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Mudanças curriculares no ensino médio a partir da Lei n^o13.415/2017: percepção de estudantes. **Rev. educ. PUC-Camp.**, Campinas, vol 25, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. A “nova” direta e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo A.A; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.